

UMA CULTURA POLÍTICA EM MEIO AOS ENTRAVES DO ESTADO NEOLIBERAL

Carolini Gabriel Silva¹

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar as orientações dos cidadãos brasileiros a respeito das instituições democráticas verificando os indicadores de confiança e de participação política, tendo em vista as ambiguidades entre um modelo de mercado e uma sociedade desconfiada dos representantes políticos e das instituições. Verifica-se baixa participação e confiança política com evidente insatisfação com os políticos e instituições. Considera-se que o contexto de enrijecimento de medidas neoliberais e a dependência em relação ao mercado constitui uma defesa da democracia minimalista como suficiente para a garantia da estabilidade política e econômica em detrimento de sua dimensão substancial.

Palavras-chave: Participação, Confiança, Democracia, Estado, Capitalismo

Abstract:

The objective of this study is to analyze the orientations of brazilian citizens regarding democratic institutions by verifying the indicators of trust and political participation, considering the ambiguities between a market model and a distrustful society of political representatives and institutions. There is low participation and political confidence with evident dissatisfaction with politicians and institutions. It is considered that the context of stiffening of neoliberal measures and market dependence constitutes a defense of minimalist democracy as sufficient to guarantee political and economic stability to the detriment of its substantial dimension.

Key-words: Participation, Trust, Democracy, State, Capitalism

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA-IESP/UERJ) e do Grupo de Investigação Eleitoral (GIEL/UNIRIO). Bolsista Capes/CNPq. E-mail: carolinicgds@gmail.com

Introdução

Este trabalho situa-se no quadro teórico da cultura política. Uma vertente que destaca a importância da matriz histórico-cultural, a fim de analisar as atitudes, as crenças e os valores políticos dos indivíduos em relação à política e às instituições democráticas. A análise do comportamento político sob esta perspectiva é relevante para compreensão dos meandros da democracia, ao ter como base a formação dos valores e atitudes políticas dos cidadãos frente à política nacional.

Os estudos de cultura política ganham relevância na década de 60, incentivados pelo surgimento de técnicas de pesquisa, como *survey*, que permitem análises de dados mais sofisticadas sobre comportamento político, e surgem na América Latina em meio ao processo de redemocratização (RENNÓ, 1998). A Ciência Política contemporânea reconhece que os valores culturais são importantes na análise do comportamento político e no próprio funcionamento das instituições democráticas.

Tal debate torna-se profícuo na medida em que se reconhece que não só as instituições são responsáveis pela estabilidade da democracia. Do ponto de vista institucional, já se sabe que nenhum sistema político pode sobreviver sem regras, é fundamental que existam normas e instituições capazes de regular as ações sociais, mas os aspectos culturais como confiança e participação política também são importantes indicadores de uma cultura política democrática. Desse modo, estas duas dimensões não são excludentes, pelo contrário, são complementares.

As evidências acumuladas ao longo da história recente, segundo relatórios de pesquisas de opinião pública realizadas na América Latina, como os produzidos pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP)², constataam que no Brasil a consolidação da democracia formal/ procedimental é acompanhada por uma crescente ausência de legitimidade social, na medida em que os cidadãos tendem a demonstrar um forte senso de desconfiança para com as instituições políticas e os gestores públicos. Sabe-se que a justificativa para tal mal-estar muitas vezes é atribuída ao *modus operandi* do sistema político, que não funciona como deveria.

No que tange à atuação dos partidos políticos, há um amplo consenso que na realidade estes não cumprem suas funções, pontualmente, de educação política do eleitorado e de se constituírem enquanto mediadores efetivos das reivindicações da sociedade civil, a ponto de transformá-las em estratégias políticas eficientes (BAQUERO e LINHARES, 2011). A

² Ver Zechmeister, Lupu e Cohen (2017a; 2017b).

ausência desse desempenho faz com que a cultura política se estruture de modo a considerar os partidos alheios ao quadro de demandas.

A literatura aponta que a descrença nas instituições e a baixa participação estão associadas à avaliação negativa em relação à atuação dos partidos e de políticos e às crescentes denúncias de corrupção, mas também à desinformação, à desmotivação e ao desinteresse pelo o que acontece na política (AMORIM, 2007; BAQUERO, 2007; BAQUERO e LINHARES, 2011; MOISÉS, 2005). As pessoas que não acreditam mais nas instituições buscam soluções individuais para os problemas sociais, valorizam o poder de personalidades políticas escolhidas pelo voto reforçando padrões de comportamentos orientados pelo personalismo e pelo clientelismo, cujas raízes histórico-culturais são responsáveis pela especificidade da cultura política brasileira.

Além das referidas variáveis explicativas que auxiliam na descrição das orientações dos brasileiros a respeito da democracia e das suas instituições, o dilema socioeconômico enfrentado pelo país, que se traduz na escassez de recursos econômicos para satisfazer as demandas materiais básicas da população e no processo de fragmentação do tecido social, torna-se essencial para a análise empreendida. A sociedade brasileira apresenta dificuldades em alterar suas prioridades valorativas em direção a uma postura pós-materialista (INGLEHART, 1990), o que implica a superação dos entraves da sobrevivência material e econômica. Sociedades em tais condições dificilmente dispõem de ambiente propício para o surgimento de culturais políticas participativas, ao contrário, caracterizam-se pela passividade dos cidadãos, ineficiência e falta de um Estado ou governo responsivo.

A perda de responsividade do Estado brasileiro deve-se, principalmente, às políticas neoliberais que alimentam um aparato legal que favorece a livre circulação de bens e de capitais e promove a retirada do Estado das áreas sociais com a privatização dos serviços públicos. A principal contradição da racionalidade do mercado tem sido em termos de desemprego, exclusão social, pobreza, desmobilização e a descrença em projetos emancipatórios. Portanto, o desafio diz respeito à maneira como os cidadãos retornariam a esfera pública em um contexto de crescente desigualdade social.

Com base no exposto o objetivo deste trabalho é analisar as orientações dos cidadãos brasileiros a respeito das instituições democráticas verificando os indicadores de confiança e de participação política, tendo em vista as ambiguidades entre um modelo de mercado e uma sociedade desconfiada dos representantes políticos e das instituições. O texto divide-se em

cinco seções. A primeira é esta introdução, a segunda discute a relevância e a atualidade do conceito de cultura política enquanto categoria analítica na compreensão dos fenômenos políticos e sociais. A terceira seção aborda alguns argumentos sobre o Estado capitalista a fim de compreender suas contradições e até que ponto estas comprometem atitudes e comportamentos favoráveis ao fortalecimento de uma cultura política participativa. Na sequência, analisa-se os índices de confiança e de participação política a partir dos dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) de 2014 e, por fim, apresento algumas conclusões.

A relevância e atualidade do conceito de cultura política

A fim de explicar a relação entre as atitudes dos cidadãos e a democracia, a literatura especializada apresentou duas alternativas teóricas supostamente opostas. De um lado está a tradição de estudo sobre cultura política segundo a qual a presença ou ausência de orientações democráticas dos cidadãos, oriundas de um processo de socialização associado com a experiência política, influenciaria a estabilidade do regime. Neste âmbito a cultura política é entendida como um conjunto de atitudes, crenças, valores políticos que envolvem respeito às leis, participação, interesse pela política, confiança interpessoal e nas instituições (MOISÉS, 2005).

De outro lado, a abordagem institucionalista oferece a principal alternativa à teoria culturalista. Esta propõe analisar a democracia a partir do funcionamento dos sistemas eleitoral e partidário e do desempenho dos governos de acordo com a relação entre o Executivo e Legislativo. Nessa vertente os fatores institucionais são suficientes para explicar a dinâmica dos regimes democráticos, sem a necessidade de recorrer aos valores culturais, assim como a democracia é um jogo de forças orientado pelo veredicto das urnas (PRZEWORSKI, CHEIBUB e LIMONGI, 2003).

A teoria de cultura política, em particular, o modelo proposto por Almond e Verba (1989) parte da constatação de que a estabilidade e o desempenho das instituições nas democracias liberais: sistemas eleitorais, sistemas partidários e o sistema representativo dependeriam de determinado comportamento político.

A partir de uma análise comparada de cinco nações – Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México – os autores destacam que a constituição do sistema político e do Estado moderno na Grã-Bretanha e nos EUA não eliminou os espaços locais de participação e de atuação comunitária. Permitiu um modelo de maior ativismo da população e maior

pluralismo no sistema político, diferentemente do que se passou na Alemanha, Itália e México onde a centralização do Estado no processo de unificação teria inibido a possibilidade de uma sociedade mais plural, ativa e engajada, ou seja, a experimentação de uma *cultura cívica*.

A reflexão de Almond e Verba (1989) sobre cultura política não pode ser dissociada do modelo de comportamento político das democracias, a cultura política para esses autores assume o status de uma variável independente, uma vez que a estabilização do regime democrático ocorre na medida em que há condições político-culturais favoráveis à democracia. Se a cultura política é uma conquista das sociedades ocidentais, o que os autores buscam destacar é a maneira como ela vem sendo assimilada nas democracias contemporâneas.

Em *The Civic Culture* o conceito de cultura política delimita-se “às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (ALMOND e VERBA, 1989, p. 12). A partir desse conceito busca-se caracterizar a cultura política de uma nação pela “distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND e VERBA, 1989, p. 13).

Os autores definem três tipos de orientações: 1) *orientação cognitiva* diz respeito ao conhecimento do sistema político, de seus representantes e de seus papéis, dos *inputs* e *outputs*; 2) *orientação afetiva* diz respeito aos sentimentos e a adesão que os indivíduos nutrem em relação ao sistema político, seu desempenho e as pessoas; e 3) *orientação avaliativa* refere-se às opiniões, valores e julgamentos sobre os objetos políticos (ALMOND e VERBA, 1989).

Estas orientações seriam direcionadas às diferentes classes de objetos: o sistema político em sua totalidade, as estruturas encarregadas pela incorporação de demandas (*inputs*), as estruturas executivas e administrativas que executam as decisões e implementam as políticas públicas (*outputs*), e finalmente o *self*, isto é, a percepção do sujeito como um ator político.

Do cruzamento entre as orientações com as classes de objetos políticos, os autores identificam três tipos básicos de cultura política: *paroquial*, de *sujeição* e a *participante* (ALMOND e VERBA, 1989). A *cultura política paroquial* seria característica das sociedades simples, sem instituições estritamente políticas, nas quais é incompleta a diferenciação das estruturas religiosas. Nas sociedades onde dominam este tipo de cultura a atenção por parte da população aos *inputs*, aos *outputs* e ao *self* é zero, caracterizando-se por baixos níveis de participação política e associativa, na medida em que os agentes têm uma visão limitada dos objetos.

Nas sociedades de *cultura política de sujeição* há uma orientação que valoriza os *outputs*, em detrimento dos *inputs* e o *self*. Os indivíduos dirigem suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas encarregadas de dar resposta às demandas, e por outro lado demonstram deferência às autoridades. Tal cultura corresponderia aos regimes autoritários. Por fim, a *cultura política participante* caracterizaria os sistemas nos quais a atenção da população é equilibradamente distribuída entre o sistema político, os *inputs*, os *outputs* e o *self*.

Apesar de definirem tipos ideais de cultura, a *cultura cívica*, requisito para a institucionalização e estabilidade democrática, não se configura no tipo puro participativo. A *cultura cívica* garantiria o desempenho efetivo do regime democrático, pois requer uma acomodação entre a concepção elitista do papel dos líderes políticos e algum nível de participação cidadã (MOISÉS, 2011). O que não implica participação direta do cidadão na vida pública, mas nos períodos eleitorais de forma condizente com a democracia liberal/procedimental (SCHUMPETER, 1984).

Esses pressupostos teóricos não permaneceram salvos de objeções, Almond e Verba foram criticados por associarem a *cultura cívica* ao paradigma liberal de democracia, particularmente, aos Estados Unidos e a Inglaterra. Um dos principais argumentos sobre a temática é elaborado por Pateman (1980). Segundo a autora, ao basearem-se na teoria política liberal os autores não questionam a definição da democracia a que se referem. Existem duas tradições de estudo da democracia, a primeira baseada na definição procedimental, cuja relevância é a representação política e a segunda, a abordagem participativa que implica uma atuação permanente dos cidadãos na vida pública, que extrapola o controle dos governantes pelos governados, possibilitando o envolvimento efetivo do cidadão no processo de tomada de decisão (PATEMAN, 1980)

Revisando trabalhos deste campo de análise, a pesquisa realizada por Amorim (2007) no município de Toledo indica um contexto cultural de expressa falta de credibilidade do Estado e dos representantes políticos, afetando a motivação dos cidadãos em participar nos processos decisórios. A taxa de confiança nas instituições políticas é baixa, tendo como principal justificativa o fato dos políticos não cumprirem suas funções de representação e de mediação dos interesses sociais. Os eleitores esperam que suas demandas sejam atendidas pelo governo, e paradoxalmente concentram essa responsabilidade em uma personalidade política escolhida pelo voto (AMORIM, 2007).

De acordo com os dados de Amorim (2007), há uma predisposição positiva dos cidadãos para participar, principalmente nos canais informais da política, mas em termos comportamentais é constatada baixa participação revelando certa incongruência entre a valoração e o comportamento político. Segundo a autora as pessoas não se sentem motivadas a participar ou de intervir no processo de decisão, a não ser pela via eleitoral. Os cidadãos reconhecem que as eleições e o voto são partes do ritual cívico, mas este não é acompanhado pelo aumento da obtenção de informação, da confiança e interesse pelo o que acontece na política.

Baquero (2007) propõe examinar a capacidade de constituição de capital social do processo eleitoral presidencial no Brasil, tanto na dimensão institucional quanto informal. Utilizando dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2002 e 2006, testa a hipótese de que em condições de adversidades políticas e éticas, procedimentos formais pouco interferem na formação de capital social institucional e no empoderamento político dos cidadãos.

A teoria do capital social, em linhas gerais, postula que o bom funcionamento da democracia dependeria da existência de vida associativa orientada pela confiança interpessoal, interesse político e participação política (PUTNAM, 2002). A existência desses elementos na sociedade estimularia a criação de redes de confiança, práticas colaborativas e solidárias, e a participação integrada de membros de uma determinada comunidade na busca de objetivos comuns.

A partir dos dados o autor constata que a participação eleitoral não contribuiu, necessariamente, no processo de construção de capital social institucional, isto é, na solidificação de crenças positivas dos cidadãos em relação às instituições políticas e aos gestores públicos e tampouco obteve impacto positivo na construção de capital social informal segundo os indicadores de afiliação a sindicatos e a organizações profissionais.

De 2002 para 2006, período que compreende a duas vitórias eleitorais de Lula, declinou o percentual de cidadãos que admite que algum partido lhe representa. A conclusão é que se em 2002 foram partido e candidato que garantiram a vitória, em 2006 foi a figura de Lula que garantiu a reeleição, apesar da queda de credibilidade do seu partido (PT) e das denúncias de corrupção (BAQUERO, 2007).

Isto indica que os critérios que orientam as decisões continuam sendo definidos mais do ponto de vista da figura do candidato do que da estrutura institucional. Se no trabalho de Amorim (2007) revela-se que o diagnóstico de desencanto, baixo interesse e participação

política é acompanhado pela valorização de uma personalidade política, podemos considerar pelo trabalho de Baquero (2007), que em um contexto de crise política, não há alteração dessa dinâmica o que corrobora sua hipótese inicial de que procedimentos formais pouco interferem na formação de capital social institucional.

A retomada dos estudos sobre cultura política pode ser atribuída às limitações explicativas das abordagens institucionais e pelo interesse dos pesquisadores em compreender como os regimes políticos legitimam-se e como os cidadãos reagem frente a esses elementos. Verifica-se uma reorientação teórico-prática sobre a avaliação das democracias, no sentido de que os regimes dependeriam do apoio e da confiança dos cidadãos. Isso se aplica, sobretudo, aos regimes em processo de amadurecimento. E sugere que embora não haja consenso sobre o nível de apoio necessário para o fortalecimento da democracia, sem ele os regimes políticos perdem credibilidade, mesmo tendo sido eleitos pelo voto popular e funcionando dentro dos marcos *poliárquicos*.

Nesta linha de reflexão acerca da qualidade democrática, os cientistas políticos também se dirigem para a dimensão social, sobretudo na tentativa de explicar o mau funcionamento dos regimes democráticos, uma vez que os índices de pobreza e desigualdade têm gerado, segundo algumas pesquisas (BAQUERO, 2015), crescente desconfiança dos cidadãos das instituições políticas e dos representantes. O risco à estabilidade do regime democrático, não resulta apenas da ameaça às regras procedimentais que constituem a democracia, como as liberdades individuais e as eleições livres e periódicas, mas da capacidade do governo de contornar as contradições existentes na sociedade civil e promover o seu bem-estar.

Diante disso, a próxima seção tem o objetivo de explorar alguns argumentos sobre o Estado capitalista, a fim de compreender suas contradições e até que ponto estas comprometem atitudes e comportamentos favoráveis ao fortalecimento de uma cultura política participativa. Dessa forma, se compreenderá mesmo que superficialmente quais são as implicações de políticas neoliberais e se estas privilegiam ou não a estabilidade procedimental em detrimento do surgimento e fortalecimento de uma cultura política cidadã ativa.

O Estado capitalista e a democracia

Num contexto em que o Estado explicitamente é influenciado pelo predomínio das ideias de uma mundialização sem fronteiras da economia e há crescente questionamento em relação à efetividade e eficácia dos sistemas democráticos de representação, torna-se crucial

discutir os alcances e os limites do Estado capitalista e responder, por exemplo: por que os Estados, nas sociedades capitalistas, alocam recursos para a implementação de determinadas políticas públicas?

Visando responder tais questões, cabe empreender uma interlocução teórica com O'Donnell (1978). De acordo com o autor, o capitalismo é um caso histórico de separação entre a coerção econômica e a extra-econômica. Ou seja, este sistema não se caracteriza apenas pelo fato do trabalhador estar destituído dos meios de produção, mas também pelo capitalista não possuir os meios de coação. Porém, como a relação entre trabalhadores e capitalistas é uma relação de exploração e por isso conflituosa, a garantia de sua vigência requer a emergência de um terceiro sujeito social, cuja característica principal é o exercício da coação, as instituições estatais. Desta forma, subjacente a venda da força de trabalho, uma relação contratual que pressupõe um acordo de vontades entre sujeitos livres e iguais, está a possibilidade de invocar o Estado para sua efetivação.

Segundo o autor, é preciso distinguir entre a gênese e as condições de vigência das relações capitalistas de produção (O'DONNELL, 1978). No capitalismo o trabalhador é livre, no sentido de não ser levado a vender sua força de trabalho por meio da coação. A necessidade de fazê-lo resulta da coerção econômica, esta se apresenta de maneira difusa, já que nem as instituições estatais nem os capitalistas podem obrigar nenhum sujeito a ingressar no mercado. Portanto, a coerção econômica está na gênese do processo produtivo, sendo aspecto primário das relações capitalistas de produção.

Como condição para vigência das relações de produção, o Estado apresenta-se enquanto sujeito que age como não capitalista, um sujeito jurídico que garante a livre circulação de mercadorias, incorporado às relações apenas quando provocado, consagrando uma aparente exterioridade em relação aos sujeitos sociais. No entanto, esta suposta separação entre Estado e sociedade pode ser negada pelas mediações que os articulam, devolvendo a sociedade capitalista sua contradição própria (O'DONNELL, 1978).

Esta reflexão leva O'Donnell (1978) a concluir que o Estado é o articulador e organizador da sociedade e para além da posição de terceiro sujeito, este pode cumprir funções racionais para a manutenção das condições favoráveis ao sistema capitalista. Em primeiro lugar, o Estado pode ser o limite negativo das consequências destrutivas de reprodução, garantindo que a necessidade de acumulação de capital não leve à exploração excessiva da força de trabalho e à competição excessiva. Em segundo lugar, o autor reconhece que em função da

acumulação, os capitalistas não se ocupam da manutenção das condições sociais que permitem a reprodução do sistema de classes, torna-se necessário a atuação do Estado em termos de educação, saúde, obras de infraestrutura e outras intervenções econômicas.

Tais funções sugerem que o Estado pode proteger o trabalhador frente à burguesia, fundamentalmente através da regulação do trabalho e da implementação de políticas sociais, porém a intervenção do Estado não é neutra desde que ocorre para manter no processo produtivo a classe trabalhadora enquanto classe dominada.

Na obra *Estado e economia no capitalismo*, Przeworski (1995, p. 7) expõe o que seria sua principal premissa sobre o sistema capitalista: “há no capitalismo uma tensão permanente entre o mercado e o Estado”. Nestes termos compreende-se que a relação entre o mercado, o Estado e a democracia deriva da conflitante atuação do mercado, que se orienta pelo princípio da maior lucratividade, e do Estado cuja legitimidade e justificação de existência dependem da distribuição dos recursos da forma mais igualitária, atendendo ao principal critério da democracia. A fim de dar respostas a essa tensão, o autor examina teorias que buscam explicar se o Estado atenderia aos interesses dos cidadãos, seus próprios interesses ou aos interesses do capital. Neste trabalho serão mobilizadas aquelas que consideram o Estado como um ator de relevo no capitalismo.

A partir destas assertivas, julgo relevante exprimir de modo razoável a posição de Marx sobre as relações entre o capitalismo e o Estado, pois ela é significativamente diferente da que é sustentada pelos autores marxistas. De acordo com Marx, em *O Capital* (2002), o Estado pode ter exercido papel relevante para a gênese do capitalismo, no período da acumulação primitiva, mas este papel não permanece válido para quando o capitalismo já se encontra constituído. A partir de então, esse sistema de produção e troca reproduz-se por si próprio, em virtude do seu funcionamento. As condições de sua existência são garantidas, na medida em que a produção material reproduz as relações sob as quais ocorre, ou seja, as relações entre capitalistas e assalariados.

Apesar de assinalar as especificidades das diversas teorias marxistas do Estado, em especial as mais recentes, Przeworski (1995) refere-se a uma estrutura comum a tais teorias. As teorias marxistas consideram que o capitalismo não cria automaticamente as condições para sua sobrevivência. Neste contexto o Estado é a única instituição capaz de propiciar a longevidade do capitalismo, através de políticas públicas que buscam contribuir tanto para sua legitimação

quanto para acumulação do capital. Portanto, o capitalismo contemporâneo é de certa forma um “capitalismo de Estado” (PRZEWORSKI, 1995, p. 90).

Para Offe e Habermas as considerações de Marx sobre a manutenção do sistema capitalista é conveniente apenas para o contexto sobre o qual o teórico se debruçava, o capitalismo liberal, cujas relações de troca universais e competitivas asseguravam a acumulação (PRZEWORSKI, 1995). Habermas e Offe reconhecem que o capitalismo mudou e referem-se ao capitalismo tardio oligopolizado, no qual o mercado é incapaz de criar as condições favoráveis de sua existência.

A análise dos autores é relevante, uma vez que explora as contradições do capitalismo, no tocante aos desafios que impõe à articulação entre Estado e sociedade. O mercado se autolegitima em virtude dos mecanismos de impessoalidade que em tese regem as relações entre os sujeitos e que justificam o sucesso ou o fracasso de desempenho. No entanto, a medida em que o mercado passa a não contornar as crises do capitalismo, o Estado intervém, a *desmercantilização*, isto é, o processo de implementação de políticas econômicas dirigidas pelo Estado, a fim de incentivar o capitalismo, cria problemas para o próprio sistema, visto que os resultados das políticas públicas passam, necessariamente, a depender de decisões específicas de instituições, partidos políticos e indivíduos.

O objetivo do Estado no capitalismo tardio é maximizar a acumulação sem, no entanto, prejudicar a base popular de legitimidade. Para isso o “Estado deve substituir o mercado na função de alocar recursos para usos produtivos e de distribuir renda” (PRZEWORSKI, 1995, p. 99). A relação descrita por Przeworski em termos da tensão entre o mercado, o Estado e a democracia adquire robustez, pois o Estado em uma democracia, contrariando os interesses do capital, precisa canalizar os recursos da acumulação para compensar aqueles indivíduos que não são bem-sucedidos no jogo econômico.

Esta digressão teórica não teve apenas o objetivo de mencionar argumentos acerca da possibilidade ou não do Estado conferir as condições para a reprodução do capitalismo, mas ressaltar que o Estado em um regime político democrático tem um governo legítimo, se estiver submetido às regras que regulam a competição política. No entanto, este regime poderá ser mais ou menos democrático de acordo com o perfil da sociedade civil. Se esta for mais igualitária, a democracia se estende à dimensão social e adquire caráter substancial. Caso contrário, em um contexto de elevada desigualdade social e concentração de renda, que deprimem os valores democráticos, a democracia é apenas um procedimento.

A atribuição dos aspectos socioeconômicos à teoria democrática implica repensar o próprio regime e não subestimar os obstáculos para a superação das contradições existentes na sociedade. É sabido que o capitalismo é contraditório e gera crises, entretanto dentre as respostas às crises econômicas, sociais e políticas predominam o enrijecimento de medidas neoliberais e a dependência em relação ao mercado, o que constitui uma defesa a democracia minimalista como sendo suficiente para a garantia da estabilidade político-econômica.

Desta forma, a crise do capitalismo nos regimes democráticos está fundamentada na contradição entre acumulação e democracia, que se inscreve na própria natureza do capitalismo, que possibilitou a redução da capacidade do Estado em mobilizar recursos para penetrar uniformemente na sociedade civil e implementar decisões políticas através da provisão de serviços públicos (como saúde, educação, segurança e proteção social), ou seja, a atrofia do *poder infraestrutural* (MANN, 1992), enquanto a democracia perde intensidade e se resume a um sistema de liberdades econômicas em prol da acumulação.

A base empírica da Cultura Política no Brasil

Desde o início do processo de redemocratização, os esforços empreendidos no Brasil, no que tange ao fortalecimento da democracia, têm como pedra de toque a defesa da maior participação dos cidadãos nos processos de decisão política e na fiscalização dos gestores públicos (DAGNINO, 2004). O reconhecimento e valorização de fatores subjetivos da democracia, ou seja, das motivações e percepções dos indivíduos em relação à política e às instituições democráticas, têm levado atores sociais e políticos ao consenso de que é necessário evitar o questionamento da validade do sistema democrático. E perante o quadro de baixa participação e confiança política, o desafio desses atores é garantir as condições favoráveis para o retorno do cidadão à esfera pública.

Ao mesmo tempo, é possível identificar caminhos alternativos à democracia em sua dimensão substantiva, na medida em que no conjunto das democracias da terceira onda, no qual o Brasil se insere, o mercado adquire papel relevante nas relações econômicas, sociais e políticas. Mesmo que as questões sociais tenham assumido destaque na pauta dos últimos governos de centro-esquerda no Brasil, seus esforços foram incipientes e limitados pela incongruência entre o modelo econômico e as pretensões da sociedade. A economia conforme a lógica do mercado enfatiza a acumulação, a competitividade e a inserção internacional, o que vai de encontro com as demandas sociais de maior participação na política. Nesta arena de

articulação de interesses, o social tem perdido espaço, uma vez que esta correlação de forças debilita a capacidade de identidades coletivas exercerem pressão para o atendimento de suas demandas. O resultado mais palpável dessa conjuntura é a incoerência entre os formuladores das políticas públicas e os destinatários de tais políticas.

Esta é evidenciada quando se verificam os indicadores sociais no Brasil. Por exemplo, de acordo com os dados do IPEA, em 2014, cerca de 8 milhões de pessoas permaneciam em condições miseráveis. Apesar dos avanços significativos, a situação social está longe de ser equacionada. Um contexto com essas características dificilmente conduz ao envolvimento efetivo do cidadão no processo de tomada de decisão na forma que a democracia representativa requer.

Tabela 1- Participação política dos cidadãos brasileiros (%)

	Com que frequência participa de reuniões de:		
	Organização religiosa	Movimentos ou partidos políticos	Associações de bairro
Uma vez por semana	41,7	0,5	1,3
Uma ou duas vezes ao mês	19,4	2,1	7,3
Uma ou duas vezes ao ano	10,4	7,4	7,5
Nunca	28,3	89,4	83,3
Ausente	0,3	0,6	0,5
Total	100	100	100

Fonte: LAPOP (2014)

Apenas 7,4 % dos cidadãos participam de reuniões anuais de partidos políticos ou movimentos, enquanto mais de 80% não participam. Tendência semelhante observa-se em relação às associações de moradores, apenas 7,5% dos entrevistados assumem que participam anualmente. É importante ressaltar que não há indícios de um redirecionamento dos cidadãos que não participam das formas convencionais de representação para canais alternativos, como associações voluntárias. Ou seja, a construção de capital social (PUTNAM, 2002).

Os dados são eloquentes da baixa participação da população nas decisões políticas. Entender este resultado envolve considerar a competência cívica e a eficácia política, conceitos que se referem ao sentimento de ser competente para participar e influenciar no processo decisório, que são os propulsores do engajamento político (ALMOND e VERBA, 1989). Estudos produzidos nos últimos anos revelam a fragilidade de ambos os sentimentos, pois ao

mesmo tempo em que os cidadãos apoiam o regime democrático em seu sentido normativo, expressam uma ampla e contínua desconfiança em suas instituições (MOISÉS, 2005).

O desequilíbrio entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, tem como principal resultado a incapacidade das instituições representativas de se constituírem enquanto mediadoras das reivindicações da sociedade civil. Os partidos políticos e o Congresso Nacional apresentam-se como principais responsáveis pelo déficit de representação política. Nesta perspectiva, a confiança é um componente-chave no debate sobre as condições de prosperidade democrática, pois ao estabelecer a conexão entre os cidadãos e as instituições, aumenta a legitimidade do governo (MISHLER e ROSE, 2001).

Tabela 2- Confiança nas instituições (%)

Até que ponto o (a) sr. (a) tem confiança no:			
	Executivo	Congresso Nacional	Partidos políticos
Nada	35,6	49,3	61,9
Pouco	44,1	37,7	31,9
Muito	19,9	11,7	5,7
NS	0,3	1,1	0,4
NR	0,1	0,2	0,1
Total	100	100	100

Fonte: LAPOP (2014)

Os dados da Tabela 2 são contundentes em relação ao nível de confiança que os brasileiros depositam nos partidos políticos. Apenas 5,7% dos entrevistados afirmam confiar muito nos partidos. Quando se avaliam outras instituições da democracia representativa, o mesmo padrão se manifesta, embora, em percentagens mais elevadas, porém ainda baixas de confiança. Respectivamente, 19,9% e 11,7% dos entrevistados afirmam confiar no Executivo e no Congresso Nacional. Em face do cenário de desempenho democrático deletério caracterizado pela corrupção e pelo uso instrumental das instituições políticas, que beneficia grandes corporações e grupos nacionais e internacionais em detrimento da população, é possível considerar uma relação causal entre instituições que não geram cidadãos predispostos politicamente, e estes, por sua vez, que demonstram desapego e desconfiança em relação aos objetivos e intenções destas instituições.

Neste contexto, o Estado é democrático, no entanto é muito mais responsivo às pressões externas do que às internas. Em virtude da não alteração do modelo de mercado, pelo contrário por seu enrijecimento, a estabilidade procedimental é privilegiada em detrimento da estabilidade social, e conseqüentemente os investimentos sociais não são compatíveis com as

necessidades dos cidadãos. Os dados revelam predisposições atitudinais de caráter negativo nos brasileiros, ausência de uma sociedade participativa e elevado índice de ceticismo político. Dessa maneira, a presença de crises políticas alimenta a longo prazo o desapego dos cidadãos em relação às instituições democráticas e principalmente a carência de legitimidade do governo representativo.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar o comportamento político dos cidadãos brasileiros, a partir da apreensão de como as pessoas internalizam valores relacionados à esfera política e como esses valores se refletem em atitudes e comportamentos. Destaca-se a relevância e atualidade do conceito de cultura política em fornecer ferramentas de explicação das predisposições e do comportamento político.

Há uma reorientação teórico-prática acerca da legitimidade e da credibilidade das democracias, no sentido de que os regimes dependeriam, não apenas de instituições, mas também de uma base normativa de apoio por parte dos cidadãos, que não pode ser ignorada quando o objetivo é traçar um diagnóstico minimamente contextualizado do desempenho dos regimes democráticos. Nesta linha de reflexão acerca da qualidade democrática os cientistas políticos se orientam pela dimensão social, a fim de explicar o mau funcionamento das democracias, considerando que o crescimento econômico não é sinônimo de criação de estruturas sociais mais justas.

Direcionar à análise para dimensão substantiva da democracia consiste ir além de justificativas idealistas tanto do processo de globalização quanto do neoliberalismo, por exemplo, de que a integração das economias nacionais à economia mundial garantiria a acumulação de capital, assim como removeria as barreiras do comércio lançando os países em um ciclo virtuoso de prosperidade e desenvolvimento humano. Longe de tais expectativas, dentro deste modelo transnacionalizado, na maior parte dos países em desenvolvimento, como o Brasil, houve uma tendência ao empobrecimento, apoio social reduzido e desigualdade social alarmante.

A atribuição dos aspectos socioeconômicos à teoria democrática implica repensar o próprio regime e não subestimar os obstáculos para a superação das contradições existentes na sociedade civil. E constitui-se uma crítica à forma pela qual o Estado tem resolvido a tensão existente entre mercado e a democracia, uma vez que na representação dos interesses em

conflito prevalece medidas neoliberais e a dependência em relação ao mercado, o que configura a sobrevalorização da estabilidade procedimental em detrimento da social. O Estado orientado pela acumulação sofre transformação de suas próprias funções econômicas e fragiliza a democracia enquanto forma de governo que remete as condições de seus nacionais.

Presentemente, em função da não alteração do modelo de mercado e da contradição entre acumulação e democracia, as instituições representativas sugerem um compromisso impreciso com os cidadãos. Se por cultura política se compreende a existência de valores e crenças que prevalecem em uma sociedade (ALMOND e VERBA, 1989), então os dados revelam a negação da política em sua forma convencional. Em síntese, verificam-se a inexistência de uma sociedade participativa e considerável ceticismo político.

Dessa forma, o quadro atual da democracia brasileira pode ser esboçado da seguinte forma: baixa participação e confiança política com evidente insatisfação com os políticos e instituições; perda da capacidade de governança do Estado brasileiro em função da implementação de políticas neoliberais que estimulam a competição, inserção internacional e acumulação em detrimento da atuação do Estado em áreas estratégicas para o desenvolvimento, cujos resultados deletérios são desemprego, pobreza e redução dos gastos em áreas sociais; e a justificação de tais políticas públicas como decisões inevitáveis frente às crises do sistema capitalista.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton, Princeton University Press, 1989.

AMORIM, Maria Salete Souza de. “Cultura política e estudos de poder local”. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 99-120, jul.-dez. 2007.

BAQUERO, Marcello. “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641298>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. “Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 231-259, nov. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca de Freitas. “Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas”. **Revista Debates**, vol. 05, nº 1, 2011.

DAGNINO, Evelina. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. **Política & Sociedade**, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo, Edusp, 1997.

FILGUEIRAS, Fernando. “Judicialização da política, confiança nas instituições e percepção sobre a igualdade”. In: **VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Gramado, 2012. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/concepcoes-justica-e-apoio-democracia-caso-brasil-74.pdf>>.

FGV DIREITO SÃO PAULO. **Relatório ICJ Brasil 1º semestre/2017**. Disponível em: http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_icj_1sem2017.pdf

INGLEHART, Ronald. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton, Princeton University Press, 1990.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2014. <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LAPOP. *Banco de dados: Brasil 2014*. P. 3 e 6. 2014. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MANN, Michael. “O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados”. In: HALL, J. A. (Ed.). **Os Estados na História**. Rio de Janeiro, Imago, p. 163–204, 1992.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** (vols. 1 e 2). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

MISHLER, William; ROSE, Richard. “Political Support for Incomplete Democracies: Realist s. Idealist Theories and Measures”. **International Political Science Review**, v. 22, n. 4, p. 303-320, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. “A desconfiança nas instituições democráticas”. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MOISÉS, José Álvaro. “Civic Culture”. In: BERTRAND, B., BERG-SCHLOSSER, D., e MORLINO, L., (Orgs.), **International Encyclopaedia of Political Science**. Thousand OAK, CA, USA: SAGE PUBLICATIONS, INC, v. 2, 2011.

O'DONNELL, Guillermo. “Apuntes para una teoria del estado”. **Revista Mexicana de Sociologia** Vol. 40, No. 4, Estado y Clases Sociales en América Latina (2), p. 1157- 1199, (Oct. - Dec.,1978).

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

PATEMAN, Carole. “The Civic Culture: A Philosophic Critique”. In ALMOND, G. e VERBA, S. (eds.), **The Civic Culture Revisited**. Boston, Little, Brown and Company, 1980.

PRZEWORSKI, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. “Democracia e Cultura: uma visão não culturalista”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 09-35, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2017.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

RENNÓ, Lúcio. “Teoria da cultura política: vícios e virtudes”. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 45, p. 71-92, 1998.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.

SOLT, Frederick. Economic inequality and democratic political engagement. **American Journal of Political Science**, vol. 22, nº 1, jan. 2008.

ZECHMEISTER, Elizabeth J.; LUPU, Noam; COHEN, Mollie J. “Democracy and Governance in the Americas: Key Findings from LAPOP’s Americas Barometer”. **Latin American Public Opinion Project**, 2017a. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/ITB030en.pdf>>.

_____. “The Political Culture of Democracy in the Americas 2016/17: A Comparative Study of Democracy and Governance”. **Latin American Public Opinion Project**, 2017b. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2016/AB2016-17_Comparative_Report_English_V2_FINAL_090117_W.pdf >.

Recebido em: Julho de 2017
Aprovado em: Dezembro de 2017